QUESTÃO AGRARIA:
EXPERIENCIAS E RESISTENCIAS NO CAMPO (HISTORIOGRAFICO?)

Mário Martins Viana Júnior*
Samuel Cavalheira de Maupeou**

Resumo:
Este trabalho objetiva pôr em evidência a importância dos estudos sobre questão agrária no âmbito da produção do conhecimento histórico. Para tanto, foca nas diferentes possibilidades de resistência empreendidas pelos camponeses ao partir da análise de duas ocupações de terra em áreas de perímetro irrigado no Ceará e na Bahia no século XXI.
Palavras-chave: questão agrária; campesinato; história.

THE AGRARIAN QUESTION:
EXPERIENCES AND RESISTANCES IN THE (HISTORIOGRAPHIC?) FIELD

Abstract:
This work aims to highlight the importance of studies in the realm of historical knowledge production regarding the agrarian question. For such, it focuses on different possibilities of resistance endured by peasants starting from the analysis of two occupations in irrigated areas in Ceará and Bahia in the XXI century.
Keyowords: Agrarian question; peasantry; history.

* Professor Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER).

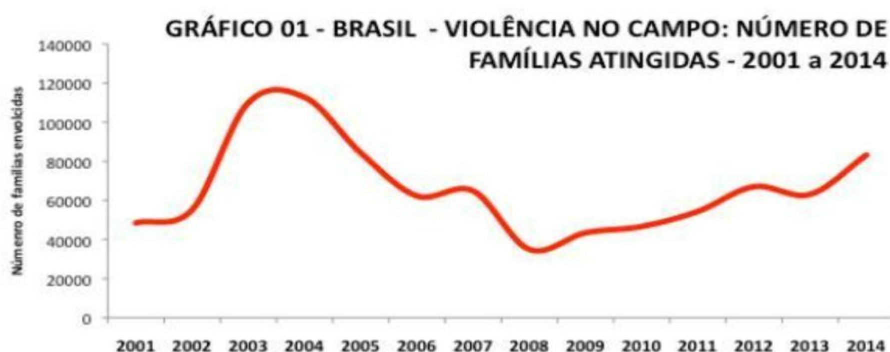
** Professor adjunto de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas, onde coordena o Eixo Temático Conflitos Sociais e Relações de Poder.

Das Lutas no Campo

O momento de escrita deste texto se dá logo após o Ato Político em Defesa do Acampamento Zé Maria do Tomé, ocorrido em 14 de setembro de 2017, no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na capital cearense. Trata-se de um tempo de inquietação e ampla reflexão sobre a realidade no campo brasileiro envolvendo agricultores e agricultoras, lideranças, intelectuais, movimentos sociais e muitos outros sujeitos empenhados na luta por uma sociedade mais justa e equânime.

O próprio nome do Acampamento traz e faz referência a uma memória ambígua de luta e alegria, dor e sofrimento no interior cearense. José Maria Filho, agricultor e líder comunitário no Tomé, Chapada do Apodi, foi brutalmente assassinado em 2010 por atuar, resistir e denunciar ativamente o *modus operandi* dos indivíduos e empresas que representam e operam o agronegócio na região do Baixo Jaguaribe. A intensidade da violência material exposta nos vinte tiros que atravessaram o corpo do agricultor e ceifaram a sua vida queria se perpetuar em uma violência simbólica para inibir a resistência na região. Com a força brutal do ato, em uma lógica violenta, a tentativa de interromper e pôr no passado práticas de lutas que ultrapassam o contexto cearense.

Os anos da morte do agricultor (em 2010), da criação do Acampamento (em 2014) e do último ato em apoio à ocupação (em 2017) não devem ser tomados de forma isolada. Precisam ser submetidos a uma costura histórica analítica e interpretativa e entendidos de maneira holística. Na terrível cena brasileira que se apresenta em 2016, estes marcos temporais fazem parte de um contexto de "intensificação da violência no campo brasileiro", localizada entre 2001-2014, e que parece ganhar novo fôlego a partir de 2008, conforme podemos observar no gráfico construído por Feliciano (2016:2):



Fonte: CPT, 2015.
Org.: FELICIANO, C. A., 2015.

O assassinato de Zé Maria do Tomé está direta e estruturalmente associado aos outros 1.594 assassinatos ocorridos no interstício de 1985-2014, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que mostram e alertam para uma ascendência inédita da violência nos últimos anos: o lamentável registro de 50 mortes em 2015 e de 61 trabalhadores assassinados no campo em 2016.

Mesmo diante desse quadro nebuloso, inúmeras ocupações e acampamentos espalhados pelo Brasil se efetivaram como possibilidades de novos modos de vida para milhares de sujeitos nas mais diversas regiões do país. Ainda que com variações difíceis de serem auferidas e entendidas (SEGUNDO; FERNANDES, 2014), mas com picos expressivos no governo FHC (em 1998 e 1999) e no governo Lula (em 2004 e 2005[1]), as ocupações se mantêm como estratégia viva de resistência no mundo rural brasileiro (GINARDI, 2008). A depender do contexto em que se realizam, apontam novidades e variações específicas dos formatos de luta cuja atualidade e dinâmica sempre se colocarão como desafio aos estudos acadêmicos. Uma eterna e enérgica capacidade de se (re)inventar, resistir e (re)existir.

É assim, por exemplo, que entendemos a ocupação realizada pelo MST e por mais de mil famílias campesinas na segunda etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), no Ceará. Ação que resultou na construção de um acampamento cujo nome tanto remete a uma homenagem à história de vida do agricultor assassinado como parece ter relação com o seu chamado para mudar a realidade dos camponeses naquele território:

> Nós aqui na Chapada, nós temos detectados três poços aqui na comunidade comprometidos com agrotóxicos em altíssimo grau [...]. E nós estamos consumindo aqui uma água superperigosa. Chegou notícias aqui de que, onde nós bebemos nossa água, tiraram cinco ou seis sacos de peixe morto. Em 2004 aconteceu a mesma coisa na piscina a qual abastece a comunidade de Tomé, onde morreram peixes, galinhas, cachorros e outros. Nós não vamos correr com empresas. Nós não vamos ser contra empresas. Nós vamos ser contra o que elas fazem. Então gente vamos pedir a Jesus Cristo força e coragem. Ao poder público e a quem quer que seja para nós vencermos esta luta. Vamos levantar! Vamos se erguer! Vamos dar as mãos ao outro! Vamos viver! (grifo nosso).[2]

Infelizmente Zé Maria não pôde ver em vida a união das famílias que se levantaram e se ergueram para conflitar e questionar, através de ação direta, o projeto do agronegócio na Chapada do Apodi. Projeto materializado, entre muitos outros, na expulsão, na expropriação e no envenenamento das populações locais. Sua memória viva, entretanto, serviu como importante alicerce na projeção da luta na região do Baixo e Médio Jaguaribe. Aliás, sua memória transmutou-se em história e fez história. História de luta e de resistência.

---

[1] Em 1998 e 1999, o DATALUTA registrou 828 e 897 ocupações de terra no Brasil. Já em 2004 e 2005, os números foram 702 e 569 (GINARDI, 2008).

[2] Fala do agricultor José Maria do Tomé reproduzida no documentário "Chapada do Apodi, morte e vida". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=URuDn3CbkaE. Acesso em 26/09/2017.

A ocupação da terra localizada dentro de um dos espaços vitais do agronegócio cearense possibilitou a inauguração de uma forma diferente de pensar a resistência no campo brasileiro, justamente mediante o questionamento direto das ações do Estado em áreas direcionadas a servirem quase que exclusivamente aos interesses do capital nacional e internacional, através da construção de infraestruturas destinadas ao agronegócio e de um conjunto de concessões e renúncias fiscais.

Assim, ocupações de áreas que resultaram no Acampamento Zé Maria do Tomé, no Ceará, e no Acampamento Irani de Souza, no Perímetro Irrigado Nilo Coelho, da Bahia, por exemplo, foram pioneiras, erguidas em um novo giro de lutas e resistências cujos sujeitos de diferentes estados começaram a se dar as mãos empenhados em construir uma nova realidade para si e suas famílias, tal como sonhava Zé Maria em sua comunidade.[3]

Essa alteração no formato da luta expressou-se de diferentes formas. Primeiramente, a ocupação de áreas específicas de poligonais desapropriadas pelo Estado para irrigação artificial da produção de médias e grandes empresas. Isto possibilitou o retorno de centenas de famílias para áreas anteriormente ocupadas e cultivadas por elas. De acordo com Bernadete Freitas (2010), a desapropriação e expropriação do espaço destinado à construção do PIJA significaram um movimento de diferentes intensidades, mas que resultou na expulsão de quase 100% das pessoas que residiam e cultivavam no território. Dito de outra forma: diante da retirada dos sujeitos historicamente pertencentes ao território da Chapada do Apodi se deu a construção de toda uma infraestrutura para segurança hídrica e energética de outros sujeitos, exógenos ao território, principalmente o empresariado local, nacional e internacional.

Segundo: as ocupações foram seguidas de uma apropriação das instalações voltadas ao agronegócio no Nordeste alterando vertiginosamente o seu propósito original/oficial. No retorno e nas novas ocupações dos territórios, os sujeitos passaram então a propor e praticar um outro modelo de organização e produção, expresso principalmente na agricultura familiar camponesa e no questionamento das normas do Estado em benefício do mercado, tal como podemos visualizar nos sete princípios de ocupação e funcionamento do Acampamento Zé Maria do Tomé, amplamente discutidos e aprovados democraticamente pelos seus integrantes:

> 1. Destinação de toda a área que compreende a 2ª Etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi para a agricultura familiar camponesa, de base agroecológica; 2. Independência do conjunto de regras e normas previstas na Lei de Irrigação, a exemplo da licitação como forma de acesso a terra; 3. A terra deve pertencer a uma entidade coletiva (ex. cooperativa), com uso individual dos lotes, inibindo o mercado de terras na

[3] Sobre a luta em torno dos perímetros de irrigação no Nordeste, ver a matéria "Resistência no semiárido: a luta pela terra nos perímetros irrigados". Disponível em: http://www.mst.org.br/2017/10/20/resistencia-no-semiarido-a-luta-pela-terra-nos-perimetros-irrigados.html. Acesso em 25/12/2017.

> área conquistada; 4. A área deve ter uma dupla organização espacial: 4.1. Área de moradia e de produção - para os agricultores que não dispõem de moradia própria e adequada; 4.2. Área de produção - para os agricultores que já dispõem de moradia própria e adequada nas suas respectivas comunidades. 5. Entrega e garantia de manutenção de toda infraestrutura necessária (sistema de irrigação, casa de bombas, galpão, maquinaria, energia elétrica, implementos agrícolas, etc) para moradia e produção, sem quaisquer ônus para os agricultores; 6. Garantia de Assistência Técnica permanente e de forma coletiva, que respeite e dialogue com as técnicas de convivência com o semiárido e com a agroecologia; 7. Permanência das comunidades localizadas na área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, que ainda não possuem a titulação de suas terras, a exemplo de Ipu, Maracajá, Cabeça Preta e Tomé.[4]

Terceiro: a expressão de uma resistência que se fez direta, plural, clara e minuciosa. Organizou-se em torno do propósito de um modo de vida em harmonia com a natureza e com o bem-estar dos envolvidos: famílias campesinas que projetaram na experiência da agricultura familiar e agroecológica uma maneira de materializar formas de convivência com o semiárido.[5] Uma das muitas formas de tentar contrastar e conter o avanço das relações capitalistas no campo, inclusive como desafio assumido pelos próprios ocupantes no sentido de mostrar para o mundo outras formas e modelos de produção, conforme relata o Sr. Manoel:

> [O princípio da agroecologia], importante demais a agroecologia. Porque nós temos como produzir sem agrotóxicos. Aí para que nós vamos usar agrotóxicos se nós temos como produzir sem ele? Quer dizer, nós por si próprios vamos nos matar? Isso é uma loucura! [...] Nós vamos provar para o mundo, não só para o Brasil, mas para o mundo todo que nós temos como produzir.[6]

A ação direta e inaugural dos acampamentos nas áreas de perímetros irrigados construídos pelo Estado colocou em evidência as contradições inerentes a esses projetos e apontou de forma objetiva e concreta outras possibilidades de estar e viver no campo: terra para moradia e para produção. Ao invés das monoculturas de caráter empresarial agroexportador com uso intensivo de agrotóxicos, as policulturas agroecológicas através da organização e do trabalho sob uma perspectiva coletiva e familiar.

Em tela, essas ocupações dos e nos perímetros irrigados nos possibilitam inferir questões básicas. Por um lado, permitem uma reinterpretação dos territórios por seus próprios antigos e novos moradores, pondo em questionamento, de forma prática, os argumentos amparados na ideia de progresso e de modernidade no campo; enquanto que, por outro lado, desafiam o universo acadêmico, sobretudo o campo da produção do conhecimento histórico, a entender

[4] Carta de apoio ao Acampamento Zé Maria do Tomé na 2ª etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (CE). Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/abrasco-assina-carta-de-apoio-ao-acampamento-ze-maria-do-tome-na-2a-etapa-do-perimetro-irrigado-jaguaribe-apodi-ce/3906/. Acesso em: 25/12/2017. Este documento foi produzido pelos acampados em junho de 2014, logo após a ocupação ocorrida em maio. Esteve relacionado ao vídeo "Acampamento Zé Maria do Tomé" como estratégia para dar visibilidade e pedir apoio à luta dos ocupantes. Vários indivíduos, associações, grupos e entidades assinaram o documento. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LqLYhIFGhwg&t=191s. Acesso em: 25/12/2017.

[5] Para aprofundamento do debate sobre convivência com o semiárido, sugerimos o trabalho de Roberto Marinho Alves da Silva (2003; 2007).

[6] Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER/UFC). Projeto Memória das Comunidades Impactadas pelos perímetros irrigados no Ceará (MCIPIC). Acampamento Zé Maria do Tomé. Entrevista temática Manoel (Comunidade Carnaúbas). 10/02/2016.

prática e teoricamente o movimento incessante de múltiplas e variadas formas de atuação e resistência de mulheres e homens no mundo rural. Ações e relações que não se conformam ou se separam simplesmente em práticas politicamente organizadas ou "formas cotidianas de resistência" (SCOTT, 2002).

Ao provocarmos e questionarmos este binarismo estamos alinhando nosso pensamento às reflexões teóricas realizadas por Marilda Menezes (2002), quando coloca a necessidade de estudarmos casos e experiências concretas para o melhor entendimento das relações no campo. Desta forma, evitaríamos extremos de, por um lado, cairmos no reducionismo das perspectivas clássicas das ciências sociais (com foco nos partidos e movimentos sociais) e, por outro lado, de romantizar a resistência cotidiana ao enxergar nas práticas raras e isoladas verdadeiras formas de resistência.

O convite que se faz aqui, portanto, é o de conferir centralidade às reflexões ainda atuais de intelectuais como Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981; 1998) e Edward Palmer Thompson (1998), sem olvidarmos das pesquisas e reflexões de James Scott (2002), ou mesmo dos estudos realizados desde fins dos anos de 1970 pelos integrantes do Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia.

A partir desse coletivo é possível, por exemplo, pensar sobre a importância de pôr em observação, questionamento e avaliação as categorias de análise em voga em determinado contexto histórico, aventando outras maneiras de interpretar o passado, haja vista as experiências de historiadores como Ranajit Guha e Dipesh Chakrabarty. Estes construíram análises sobre a Índia para a compreensão de formas de resistência heterogêneas com historicidades próprias e não incorporadas pela historiografia tradicional daquele país:

> Defende [Chakrabarty] que esta seria, supostamente, a contribuição essencial dos Estudos Subalternos para as ciências humanas. Segundo este outro historiador indiano, tal contribuição seria devedora da percepção pós-colonial de que a subalternidade, enquanto fenômeno social, só poderia ser identificada com a desconstrução das formas pelas quais certas categorias modernas -, como raça, classe, cidadania, Estado-Nação, público x privado, etc. - organizariam a compreensão do passado (BARBOSA, 2009:4).

Dos desafios analíticos acerca das experiências dos camponeses na Índia e do campesinato no Ceará diante do avanço das relações capitalistas no mundo (reflexão já proposta por autores como Mike Davis (2002) para outro período), é possível observar na existência de acampamentos em áreas de irrigação artificial uma pluralidade de ações e relações entre sujeitos que carece de uma maior atenção do ponto de vista da produção do conhecimento histórico. Dadas as suas especificidades, talvez seja possível propor esta reflexão em três momentos.

Como exposto acima, é preciso observarmos o Acampamento Zé Maria como parte de um contexto mais amplo de ocupações no país nas últimas décadas endossando esta prática como

a principal estratégia de luta efetivada pelos movimentos socioterritoriais no país. Destas ações surgiram acampamentos e assentamentos (reformadores e não reformadores) que forçaram alterações do campo com a destinação e/ou desapropriação de áreas para os ocupantes:

> De modo geral, os assentamentos não reformadores são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados em terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com as políticas ambiental e de ocupação do território [...] e não desconcentram a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica em desapropriação de terras. A regularização de posses também não implica em desapropriação de terras. Desta forma, consideramos que o reconhecimento de posses e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores sem que seja necessário reformar as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos não reformadores o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos reformadores [...] as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual.[7]

Concomitantemente, é preciso não perdermos de vista que as ocupações não se encerram em si. Os seus desdobramentos, manutenções e efetivações têm um custo elevado e geralmente envolvem um número considerável de conflitos, manifestações e deslocamentos dentro e fora das ocupações, principalmente em áreas de interesse do agronegócio, como nos perímetros irrigados. Tomando de forma comparativa os acampamentos Irani de Souza e Zé Maria do Tomé, podemos observar, por exemplo, como a ameaça e/ou prática de repressão policial foi uma constante que intercalou os dois territórios:

> [Bahia] Exemplo disso, foi a invasão da polícia ao Acampamento Irani de Souza, localizado as margens do Projeto de Perímetro Irrigado Nilo Coelho, em Casa Nova, no mês de março deste ano. Na ocasião, os policiais destruíram parte da irrigação das mais de 500 famílias que residem na área.[8]
> [Ceará] Doutor, é o seguinte: a gente está aqui acompanhando a reintegração de posse e a gente entrou em contato com a Defensoria Pública para acompanhar o caso [...]. Têm mil trabalhadores aqui e um efetivo policial de 250, 300 pessoas já subindo para cumprir isto [ordem judicial de reintegração de posse].[9]

De fato, as formas como o Estado, mediante a ação de seus agentes, efetiva suas relações com os movimentos sociais e os ocupantes podem desvelar um conjunto de ações que apontem para um *modus operandi* em contextos históricos articulados, como Ceará e Bahia do século XXI. Entretanto, é possível e necessário atentar também para a análise dos movimentos de

---

[7] Girardi, 2008, p. ?. Fragmento de texto extraído do Atlas da Questão Agrária, seção "A luta pela terra e sua conquista", sem paginação.
[8] Matéria "Resistência no semiárido: a luta pela terra nos perímetros irrigados". Disponível em: http://www.mst.org.br/2017/10/20/resistencia-no-semiarido-a-luta-pela-terra-nos-perimetros-irrigados.html. Acesso em 25/12/2017.
[9] Diálogo do advogado Carlos Mourão da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) com o Juiz Plantonista em maio de 2014. Acervo COMTER. MCIPIC. Acampamento Zé Maria do Tomé.

sentido inverso, isto é, quando os campesinos tensionam e acionam o Estado a partir de movimentos mais ou menos organizados que significam formas de resistência.

Tratando-se da ocupação na Chapada do Apodi, os registros apontam como desde o início os ocupantes daquele território tentaram acionar o Estado no sentido de garantir a permanência e manutenção no território. Em diferentes níveis foram motivados e provocados acordos que envolveram a Direção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Ministério da Integração Nacional, a Secretaria da Presidência da República, a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, entre outros. Foram as ações diretas no (e fora do) território articuladas às práticas de resistência no campo jurídico e institucional que garantiram a manutenção do Acampamento Zé Maria, tal como o próprio agricultor que dá nome ao acampamento e que aventava como possibilidade o acionamento do poder público, como vimos acima. Experiências estas que jogam luz sobre a pluralidade das formas de luta e resistência no campo.

Em suma, um movimento de resistência amparado nas ocupações que dão centralidade a este formato nas últimas décadas; na sequência, os desdobramentos dos atos de ocupação, principalmente as lutas diárias e ações diretas nas áreas de irrigação artificial; e, por fim, a relação do Estado com os campesinos e destes com aquele. Um movimento incessante que provoca o campo do conhecimento histórico e que põe em evidência a importância dos estudos sobre a questão agrária.

Das Lutas no Campo Historiográfico...

É justamente dentro desse universo rural infinito e sempre inacabado que situamos este trabalho. Neste sentido, o dossiê que o envolve é também uma forma de resistência, ou melhor, uma proposta de resistência no campo da historiografia para pensarmos e refletirmos sobre a questão agrária no Brasil e, neste caso, mais especificamente sobre o Nordeste. Um convite a aprendermos com as possibilidades do novo, do diferente; a aprendermos a (re)existir tal como e com os ocupantes do Acampamento Zé Maria:

> Eu estou muito feliz [...]. Primeiro pela capacidade de se realizar um acampamento em uma área que se julgava intocável. Em uma área que a gente achava que era inacessível e que mataram o Zé Maria, mas outros Zé Maria se fortaleceram nessa resistência [...]. É uma fortaleza viva, é a presença de que a luta deve ser continuada em nome daqueles que tombaram defendendo a terra para quem nela trabalha, para quem dela tira o seu sustento.[10]

[10] COMTER. MCIPIC. Acampamento Zé Maria do Tomé. Entrevista temática Ricardo Cassundé. 16/02/2016.

Como observado na fala do militante do MST, a violência impetrada contra Zé Maria do Tomé ao invés de inibir os atos de resistência fez com que as ações de multiplicassem. A memória de dor transmutou-se em uma memória de luta e possibilitou materializar um conjunto de intervenções naquele território. Para além disso, movimentou o caldeirão da história: tornou-se alvo das ações do empresariado, da polícia, do Estado, ao mesmo tempo em que mobilizou artistas, intelectuais e políticos. A memória e a história de Zé Maria, um dos milhares de campesinos assassinados no Brasil, na interpretação mais simples que seja, ajudam a pôr em evidência os problemas em nosso mundo rural. É sobre eles que os trabalhos aqui reunidos versam.

Partindo dessas primeiras reflexões, este dossiê da Revista *Embornal* tem por intuito ampliar a discussão e a produção referentes à questão agrária, temática ainda pouco explorada na área do conhecimento histórico, embora seja de fundamental importância para a compreensão das práticas sociais e das relações de poder. O interesse inicial surgiu da proposição conjunta de um Simpósio Temático sobre História Agrária em duas ocasiões consecutivas: no XII Seminário do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), em novembro de 2016, e no XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, em maio de 2017, ambos em Fortaleza. Nas duas ocasiões, procurou-se reunir pesquisadores(as) que se dedicam à análise do meio rural e do papel nele desempenhado por diversos atores: Estado, Igreja, trabalhadores rurais, camponeses, movimentos sociais, sindicatos, organizações, latifundiários.

Apesar desta abrangência temática, uma problemática comum reúne as pesquisas desenvolvidas e aqui apresentadas. Todas elas partem de relações estabelecidas no campo baseadas no conflito e na disputa por direitos, pela vivência e ocupação dos territórios. Esses embates opõem modelos de produção, de trabalho e modos de vida distintos e estão fundamentados em relações de dominação e de resistência travadas entre os trabalhadores rurais e camponeses, de um lado, e os grandes proprietários de terra e empresas, de outro.

Além da perspectiva do confronto e das formas de mobilização e resistência, um outro elemento que se tentou enfatizar foi a diversidade de fontes e problemáticas. Com base nisto, juntamente com os documentos escritos, destacou-se também o diálogo com a História Oral e com a produção de memórias e narrativas a respeito dos conflitos estudados. Esta metodologia é compreendida como um valioso meio que permite aceder à percepção que os próprios sujeitos presentes no meio rural têm acerca da dinâmica social e política em que estão envolvidos e, sobretudo, às lembranças que constroem sobre elas. Desta maneira, as disputas travadas não se limitam à luta pela sobrevivência material, elas se dão igualmente na esfera simbólica, a partir do modo como são representadas pelos sujeitos e das memórias dissidentes e individuais que elaboram sobre os acontecimentos vividos.

No que tange aos recortes espacial e temporal definidos, o propósito esteve, inicialmente, mais concentrado na área rural do Ceará a partir dos anos 1980, momento de importante modernização da agricultura e de expansão do agronegócio no estado. No entanto, devido à participação crescente de outros pesquisadores, as áreas de interesse acabaram se abrangendo e passaram a reunir temáticas referentes a outras cronologias e a alguns outros estados da região Nordeste (Paraíba, Pernambuco e Piauí). Os horizontes se ampliaram e permitiram, enfim, que se pensasse numa publicação conjunta e mais ampla.

Sendo assim, partindo-se da problemática do conflito e da relação com a História Oral e a memória, procurou-se compreender o meio rural em sua maior diversidade. Os artigos aqui reunidos se propõem, neste sentido, a discutir a questão agrária sob óticas distintas: atores envolvidos, luta por direitos, formas de resistência, memórias, sensibilidades, vivências no meio rural, territórios quilombolas, participação das mulheres, identidade, agronegócio, agricultura camponesa, relações de trabalho, modos de vida, migração, luta pela terra, violência no campo, territórios em disputa.

No primeiro artigo apresentado, Lia Monnieli Feitosa Costa relaciona três temas fundamentais para a compreensão da questão agrária: terra, trabalho e migração. A partir destes três elementos, a autora visa entender os motivos que desencadearam o processo migratório de trabalhadores rurais cearenses para o Piauí, nos anos 1940, e a etapas que se seguiram a esse deslocamento em busca de melhores condições de vida. Esta problemática é abordada, principalmente, a partir das narrativas produzidas sobre as experiências vividas antes, durante e após a migração. Objetiva-se, com isto, entender como se deu a adaptação, os modos de vida e as relações que puderam ser desenvolvidas quando do estabelecimento na nova localidade.

Os três artigos seguintes se reúnem em torno do tema da luta por direitos empreendida em dois outros estados da região: Paraíba e Pernambuco. Em termos cronológicos, os textos concentram-se entre o final dos anos 1950 e meados dos anos 1980. De uma maneira geral, todos abordam a mobilização pela redução da violência e da exploração vividas no campo e em favor do uso do solo e do cumprimento das garantias trabalhistas.

Alessandra Maria dos Santos analisa as origens do Movimento de Educação de Base (MEB) e seu crescente engajamento no meio rural de Pernambuco pela alfabetização de adultos, sindicalização e conscientização das leis trabalhistas. A autora se concentra inicialmente nas origens do movimento e nas motivações anticomunistas que incitavam a Igreja Católica a intervir neste meio já nos anos 1950. Em seguida, busca mostrar o importante papel que o MEB desempenhou, no início dos anos 1960, na defesa dos trabalhadores do campo, da sua legislação e da sua organização em sindicatos.

Juliana Ferreira Alves destaca em seguida a atuação das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, entre meados dos anos 1950 e o início dos anos 1960. A sua argumentação se concentra na mobilização que os camponeses empreenderam contra os latifundiários e por melhores condições de vida e de trabalho. Além de ampla discussão com a bibliografia, a autora recorre ainda aos relatos produzidos por aqueles que viveram os acontecimentos e que produziram importantes lembranças sobre eles.

Por fim, encerrando a questão dos direitos trabalhistas e sindicais, Rivaldo Amador de Sousa propõe uma discussão bastante inovadora ao abordar as narrativas produzidas pelos trabalhadores rurais da Paraíba sobre os conflitos travados com os latifundiários durante a Ditadura (1970 a 1985). Nesta perspectiva, visa não somente compreender a exploração, a violência e a resistência a elas, mas também as sensibilidades manifestadas e o reconhecimento de suas próprias garantias.

Intimamente associada à luta por direitos e por melhores condições de vida e de trabalho, faz-se presente igualmente uma discussão acerca da luta pela terra. Neste sentido, Samuel Carvalheira de Maupeou aborda a experiência da Comissão Pastoral da Terra na Zona Canavieira do estado de Pernambuco em dois episódios marcantes na região: as ocupações do Engenho Pitanga e do Engenho Ubú. O artigo tem por objetivo mostrar como se deu o surgimento da organização no estado e qual foi o papel que ela exerceu nos conflitos que eclodiram a partir de meados dos anos 1980.

Ainda quanto a terra, Geilza da Silva Santos alia a esta questão a problemática do papel exercido pelas mulheres e a relação estabelecida com a afirmação de uma identidade ligada aos quilombolas e ao território ao qual estão vinculados. Há, portanto, todo um processo de apropriação social do espaço na sua vinculação às origens históricas e à identidade cultural estabelecida com ele.

Encerra-se este importante dossiê sobre História Agrária com uma discussão bastante atual a respeito da modernização da agricultura proposta pelo geógrafo Leandro Vieira Cavalcante. O autor analisa o papel das grandes empresas ligadas ao agronegócio e o grande impacto que vêm causando, no interior do Ceará, na reorganização das relações sociais e nos usos do território.

Concatenados e tomados em conjunto, as autoras e os autores dão a ver um outro país, um outro Nordeste, imerso nos mais diferentes conflitos. Concomitantemente, dão a ver as minudências do avanço do capital no campo, consorte cada contexto, cada relação e, como não poderia ser diferente, cada prática de resistência. Nas ações e falas dos sujeitos analisados, uma esperança confessa neste trabalho de pôr a história em suas contradições e tensões fazendo do estudo sobre a questão agrária uma prática de resistência. Eis o nosso convite!

REFERENCIAS:

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais.** Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record Editora, 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto. Raízes da violência no campo brasileiro. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: março de 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_3_2016.pdf. Acesso em: 26/12/2017.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, 2010.

GINARDI, Eduardo Paulon. **A luta pela terra e a sua conquista**. Atlas da Questão Agrária, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm. Acesso em: 26/12/2017.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira** - Combates e Controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. v. 1.

______;______. **Terra Prometida** - uma história política da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

SEGUNDO, Maxione do Nascimento França; FERNANDES, Maria José Costa. **Características sócio demográficas do projeto de assentamento Recanto da Esperança em Mossoró/RN**. Duque de Caxias: Editora Monique Dias Rangel, 2014.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003.

______. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 464-485, jul-set., 2007.